

APRESENTAÇÃO

É com alegria que subscrevo a apresentação deste que é o 50º Boletim do Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo (CEPGE-SP). Esta edição marca o início da minha gestão à frente do CE, órgão dedicado à promoção do debate jurídico, à difusão do conhecimento e ao fortalecimento das práticas que qualificam a atuação da nossa Procuradoria.

O Boletim cumpre seu papel essencial de divulgar as atividades do Centro de Estudos e, sobretudo, de valorizar e difundir o trabalho técnico produzido pelas procuradoras e pelos procuradores do Estado. Reunimos aqui pareceres, peças processuais e artigos que refletem o rigor, o comprometimento e a excelência dos colegas que, diariamente, constroem o pensamento jurídico da PGE-SP.

Inaugura esta edição o Parecer Referencial CJ/SSP nº 3/2024, de autoria dos colegas Lucas Costa da Fonseca Gomes, Milena Carla Azzolini Pereira da Rosa e Paola de Almeida Prado, e que trata da contratação direta para fornecimento de energia elétrica com fundamento no art. 74 da Lei nº 14.133/2021. O estudo apresenta orientação técnica precisa e uniformizadora, especialmente relevante diante do grande volume de demandas envolvendo concessionárias de energia elétrica no Estado.

Na sequência, divulgamos a Reclamação 75.682 elaborada no emblemático caso *Tratex*, elaborada pelo procurador do Estado Raphael Barbosa dos Santos Teixeira, que enfrenta tema de forte impacto para o regime de precatórios: a observância da modulação de efeitos definida pelo Supremo Tribunal Federal nas ADIs 4.357 e 4.425. A peça demonstra a importância do trabalho contencioso da PGE/SP na preservação do erário e na consolidação de entendimentos jurisprudenciais.

O Boletim prossegue com a seção de artigos, iniciada pelo estudo do colega Marcelo Bianchi sobre a impenhorabilidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagamento de honorários advocatícios, que analisa a natureza protetiva do fundo e o entendimento consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça.

O segundo artigo, de autoria do Executivo Público Thiago Parangaba de Farias, examina o uso do reconhecimento facial em estádios de futebol à luz da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), discutindo oportunidades, riscos e parâmetros

jurídicos para o tratamento de dados biométricos em um contexto de crescente adoção tecnológica.

Encerrando a seção doutrinária, a procuradora Joyce Sayuri Saito apresenta estudo sobre a “*Locação built to suit* e a Administração Pública”, que esclarece os requisitos legais e práticos dessa modalidade contratual e oferece importante contribuição para a gestão de imóveis públicos sob a égide da Lei nº 14.133/2021.

Completam esta edição os já tradicionais ementários da Procuradoria Administrativa e da Procuradoria para Assuntos Tributários, que permitem rápida visualização das principais manifestações emitidas pelas respectivas unidades, reforçando o compromisso do Centro de Estudos com a sistematização e a transparência do conhecimento institucional.

Aproveito esta oportunidade para agradecer o empenho e a dedicação de todas e todos que colaboram para a construção deste Boletim e convido as demais procuradoras e os procuradores a continuarem enviando artigos, pareceres, estudos e reflexões para avaliação e possível publicação nas próximas edições.

O Centro de Estudos permanece aberto à participação da carreira, certo de que a qualidade do nosso trabalho coletivo é a verdadeira força da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo.

MARIANA BEATRIZ TADEU DE OLIVEIRA

Procuradora do Estado Chefe

Centro de Estudos e ESPGE